



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,  
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia**

## **VIOLÊNCIA CONTRA LGBTI+ NO BRASIL: DETERMINAÇÕES DE CLASSE, RAÇA/ETNIA E GÊNERO/SEXUALIDADE**

**JARDSON SILVA<sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

Este trabalho analisa as expressões da violência contra LGBTI+ no Brasil, no período de 2018 a 2023. Ancorados no materialismo histórico-dialético, realizamos pesquisa bibliográfica e documental em materiais que retratam o contexto violento vivenciado por esta população, apreendendo que a violência, enquanto expressão da negação da diversidade humana, é parte funcional à reprodução capitalista.

**Palavras-chave:** Cisheteropatriarcado; Violência; LGBTIfobia; População LGBTI+.

### **ABSTRACT:**

This paper analyzes the expressions of violence against people LGBTI+ in Brazil, from 2018 to 2023. Anchored in historical-dialectical materialism, we carried out bibliographical and documentary research on materials that portray the violent context experienced by this population, understanding that violence, as an expression of the denial of human diversity, is a functional part of capitalist reproduction.

**Keywords:** Cisheteropatriarchy; Violence; LGBTIphobia; LGBTI+ Population.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## 1 INTRODUÇÃO

O contexto brasileiro é constituído de um imbricamento de relações sociais que produzem e reproduzem diversas formas de opressão, a exemplo da misoginia, do racismo, da violência contra os povos originários, da LGBTIfobia<sup>2</sup>, entre outras expressões que são aviltadas quando as relacionamos com a exploração capitalista. Esse contexto se intensifica com a conjuntura sociopolítica que tem se aberto no país a partir da (re) ascensão de elementos que rememoram os aspectos fundacionais da sua formação sócio-histórica, como o conservadorismo e o moralismo. Conforme alude Ianni (1962), impregnado de vários passados, constitui-se o presente do Brasil.

Esses e outros aspectos estruturam as relações sociais constituídas na realidade nacional, a qual, no tempo histórico que vivemos, se exacerba quando a associamos à exaltação de complexos sociais que impõem limites e precariedades à diversidade humana, como às expressões de sexualidade e identidades de gênero fora da cisheterossexualidade, no caso das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis e de outras identidades (LGBTI+). Dessa maneira, analisamos que no âmbito da sociedade de classes, desde sua emergência ao tempo presente, a diversidade sexual e de gênero é violada de diversas formas, através de diferentes instituições, o que faz sobressair um conjunto de violações de direitos e formas de opressão que afetam a vida cotidiana, notadamente em suas particularidades de realidade periférica, como é o caso do Brasil.

Estando as pessoas LGBTI+ dentre um dos segmentos que mais são impactados com o avanço do complexo brutal capitalista, seja através do descaso do poder público em atender suas especificidades, ou mediante a reprodução de relações interpessoais, esses elementos nos permitem apreender a preservação da estrutura cisheteropatriarcal e racista que sustenta a exploração capitalista, impondo contornos primordiais às relações sociais de classe, raça/etnia e gênero/sexualidade que esse grupo vivencia. Desse modo, ao propormos uma análise das expressões da violência contra pessoas LGBTI+ tendo como fundamentos essas relações sociais, apreendemos que existem determinações que atuam como sustentáculo da sociabilidade do capital. Assim, a unidade classe, raça/etnia e gênero/sexualidade é totalidade fundamental para o entendimento do capitalismo.

---

<sup>2</sup> Acerca da LGBTIfobia, temos acordo com o entendimento de Cisne e Santos (2018, p. 126) ao afirmarem que “trata-se de uma manifestação de violência, que se materializa em diferentes ações de violações de direitos e reprodução da negação da diversidade”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Silva e Santos (2019) nos auxiliam no entendimento de que o capitalismo atualiza e torna funcional à sua exploração e à lógica de sua sociabilidade o cisheteropatriarcado<sup>3</sup>, que se articula com o racismo e constitui o sistema capitalista, racista e cisheteropatriarcal. Este sistema tem reproduzido múltiplas formas de violência, sendo a violação da diversidade sexual e de gênero uma de suas expressões, mediante um quadro societal que proclama a cultura cisheteropatriarcal, desqualificando as sexualidades e identidades de gênero que destoam daquilo que é imposto e reconhecido de acordo com o padrão cis e binário, dentro dos limites do masculino, feminino e heterossexual.

Por estas razões, objetivamos com este trabalho analisar as expressões da violência contra a população LGBTI+ no Brasil, no período histórico de 2018 a 2023, apreendendo suas determinações de raça/etnia e classe. Para tanto, tendo como direcionamento teórico-metodológico e político o materialismo histórico-dialético, na perspectiva de apreender a realidade e a vida social em sua totalidade concreta, recorreremos à pesquisa bibliográfica em obras que discutem as temáticas que compõem o objeto em uma perspectiva crítica e, também, pesquisa documental, através da discussão dos dados da violência LGBTIfóbica na realidade brasileira, no período de 2018 a 2023, a partir das informações sistematizadas no Dossiê de Mortes e Violências Contra LGBTI+ produzido pelo Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil (ANTRA; ACONTECE; ABGLT).

Para alcançarmos nosso objetivo, estruturamos esta produção em quatro seções: a introdução que ora vos apresentamos; em seguida, no próximo item, discutimos sobre as determinações sócio-históricas da violação da diversidade sexual e de gênero, mediante a análise de alguns complexos sociais que estruturam e reproduzem a sociabilidade capitalista, racista e cisheteropatriarcal; na seção que se segue, tecemos algumas considerações sobre a materialização das expressões da violência contra LGBTI+ no Brasil, através da análise dos dados produzidos pelos relatórios, destacando as determinações de raça/etnia e classe, sem perder o seu caráter histórico; e, por fim, o último item se volta para as observações conclusivas apreendidas ao longo do estudo.

## **2 O CARÁTER SÓCIO-HISTÓRICO DA VIOLAÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO**

<sup>3</sup> O cisheteropatriarcado se refere ao sistema sociopolítico-cultural que estrutura e organiza as relações sociais, baseado na imposição da heterossexualidade compulsória, na binariedade cisgênera e na superioridade do gênero masculino sobre os demais gêneros. Tem uma “explícita busca de dominação de tudo o que se refere ao feminino e às demais orientações sexuais diferentes da heterossexualidade” (Silva; Santos, 2019, p. 236).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Historicamente, a sociabilidade regida pelo capital se forjou estruturada na dominação cisheteropatriarcal e racial, conformando um sistema que, aliado à exploração capitalista, impõe precariedades à vida dos indivíduos que diferem do padrão de homem cis, hétero e branco. Esses elementos compõem as raízes do sistema cisheteropatriarcal, racista e capitalista que limita e obstaculiza a vivência da liberdade substancial, especialmente quando nos referimos à grupos socialmente oprimidos, como mulheres, pessoas negras, LGBTI+, indígenas, dentre outros.

No âmago desta sociabilidade, a diversidade sexual e de gênero, enquanto expressão da diversidade humana (Santos, 2005), não é garantida, sobressaindo diversas formas de interdição à livre vivência das sexualidades e identidades de gênero divergentes da cisheterossexual. Neste sentido, apreendemos que a população LGBTI+ é submetida a diferentes relações violentas, o que nos possibilita analisar que esta violência é germinada na estrutura da sociedade capitalista, a qual é sustentada, também, pelas opressões de classe, raça/etnia e gênero/sexualidade. Portanto, não podemos entender a exploração capitalista, a vida das pessoas LGBTI+, sem observar as relações sociais de classe, raça/etnia e gênero/sexualidade em que estamos inseridos e inseridas, posto que há uma base estruturante das opressões que organiza a sociedade burguesa.

Evocando a discussão proposta por Pinheiro (2022), o qual busca desvelar os fundamentos ontológicos da unidade exploração-opressão, apreendemos que o cisheteropatriarcado e o racismo contornam os processos da exploração do capital sob o trabalho, visto que estes elementos intensificam a desvalorização da força de trabalho de mulheres, de pessoas negras, LGBTI+, indígenas, dentre outros e outras. Dessa maneira, essas determinações materializam a relação indissociável da opressão e da exploração capitalista, impondo a intensificação ainda maior entre os sujeitos historicamente oprimidos pelas dimensões estruturais desta sociabilidade.

Cabe-nos pontuar que o cisheteropatriarcado, sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, contudo, não apenas exerce sua dominação sobre os corpos e a vida delas, mas estende esses processos também às pessoas LGBTI+, na medida em que se exalta a naturalização de determinados papéis gênero construídos sócio historicamente, com a determinação do padrão de virilidade aos homens e de subalternidade às mulheres, em que cada um desempenha o seu papel conforme o estabelecido socialmente. Logo, aquilo que foge desta realidade será alvo da violência, das violações de direitos, dos insultos, sob o argumento da defesa de um determinado tipo de família, de religião, da lei etc.

Silva e Santos (2019, p. 241) destacam que



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

a cultura heteropatriarcal, ainda que tendo sua origem e centralidade histórica na dominação das mulheres pelos homens, atualiza e se dissemina para universos mais amplos, a exemplo da não aceitação da população LGBTI: seu modo de ser e de se expressar; suas vivências afetivo-sexuais; sua visibilidade na política, no trabalho e na família [...]. As implicações disso na realidade de um país de capitalismo periférico como o Brasil são nefastas. Basta que pensemos sobre a tardia inserção dos direitos na agenda do Estado e, ainda assim, sem garantia de sua efetividade na vida cotidiana.

Particularizando esse contexto nacional, analisamos que a história desse país foi e é forjada pelas desigualdades de classe, raça/etnia e gênero/sexualidade, uma vez que desde a colonização, momento histórico que se tratou de um processo político e econômico de conquistas de novos territórios e povos para o aprimoramento do desenvolvimento capitalista, se utilizou de regulações e controle à vida das mulheres e de tudo que se relacionasse com o feminino. Assim, a estrutura capitalista, cisheteropatriarcal e racista brasileira, impulsionada pela ação do Estado e das elites, não apenas se constituiu mediante a perseguição às mulheres, à população negra e aos povos originários, mas também àqueles e àquelas que de alguma maneira divergiam do padrão cisheterossexual (Dantas, 2020).

Alguns organismos foram primordiais para a disseminação de tentativas de enquadramento desses indivíduos em padrões de sexualidade e identidades de gênero, em muito alinhadas aos setores da classe dominante. Ferreira, Coelho e Duarte (2019) elucidam que as diversidades sexuais e de gêneros, no decurso dos séculos, foram tratadas por diferentes instituições de poder como desviantes, desenvolvendo-se perspectivas extremamente negativas e punitivistas, como a igreja, a justiça e a ordem médica, especialmente a psiquiatria. Essas instituições foram responsáveis pela estigmatização dessa população, que, ao longo da história, passou por diversas formas de tratamentos desumanos.

O cristianismo tem grande influência nesse processo, posto que este tem contribuído historicamente com a condução das ações do Estado brasileiro e, ao considerar a sexualidade algo restrito à reprodução, impõe às pessoas LGBTI+, em algumas situações, a impossibilidade da efetivação dos desígnios divinos, o que pode resultar na reprodução de preconceitos e discriminações. Esses ideais foram tragos ao país sobretudo através do domínio dos portugueses sob as terras brasileiras, mediante a subjugação da sexualidade LGBTI+ como crime de sodomia<sup>4</sup>. Trevisan (2018) analisa que Portugal já tinha diversas legislações que eram norteadas pela fé cristã, nas quais o exercício da homossexualidade, seja masculina ou feminina, era proibido.

---

<sup>4</sup> Segundo a tradição cristã, a sodomia se referia a prática de atos sexuais contrários a natureza humana, ou seja, todo e qualquer ato sexual que não tivesse como finalidade a procriação. Desse modo, Estados que se alicerçavam na moral cristã tipificavam a sodomia, transformando o que era considerado pecado em crime, o que vigorou até meados do século XIX (Trevisan, 2018).

Essas determinações chegam ao Brasil através das *Ordenações Filipinas*, que eram um conjunto de leis que perduraram no país por mais de dois séculos. Com o Código Penal de 1830 se elimina a sodomia da tipificação dos crimes e, no entanto, “enquadra” as homossexualidades como atentados à moral e aos bons costumes, o que permite que práticas afetivo-sexuais ligadas às pessoas LGBTI+ sejam criminalizadas pela polícia (Trevisan, 2018). Neste sentido, além da igreja, a justiça passa a contribuir também com a estigmatização dessas práticas, tidas como desviantes, condenando as pessoas que as praticavam como pederastas e os submetendo a forte repressão policial.

Em paralelo, a medicina, especialmente a psiquiatria, também teve fundamental contribuição neste processo, ao enquadrar as pessoas LGBTI+ no rol das doenças mentais. Assim, aqueles e aquelas que eram vistos como pecadores e criminosos passaram a ser considerados como pessoas que dependiam de cura (Ferreira, Coelho e Duarte, 2019). As sexualidades e identidades divergentes da cisheterossexual foram subjugadas à psiquiatrização, restando aos indivíduos internações em manicômios onde eram expostos às mais diversas formas de violência, torturas e terapias que buscavam a “cura”, como a eletroconvulsoterapia e a lobotomia. A título de exemplificação, Daniela Arbex, em seu livro *Holocausto Brasileiro* (2013), narra a realidade de um manicômio na cidade de Barbacena (MG) no século XX, onde aponta as inúmeras pessoas que foram internadas neste hospital devido serem LGBTI+, retratando os aspectos de crueldade e discriminação, o que reforça as perspectivas higienistas e patológicas como tratavam as sexualidades e identidades dissidentes àquela época.

Inúmeras foram as iniciativas que tinham o objetivo de eliminar as sexualidades e identidades de gênero LGBTI+ da história deste país, ou de inseri-las em contextos de discriminação e preconceito, responsabilizando-as, inclusive, pela propagação de doenças, como é o caso da epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) nas décadas de 1980 e 1990. Esses elementos reafirmam as marcas de uma formação sócio-histórica imbricada nas desigualdades de classe, raça/etnia e gênero/sexualidade, materializando as expressões deletérias do sistema cisheteropatriarcal, capitalista e racista sobre a população LGBTI+ na realidade brasileira.

Desta maneira, apreendemos, portanto, que as relações sociais de classe, a raça/etnia e o gênero/sexualidade determinam possibilidades de vivência e sobrevivência dos indivíduos inseridos na sociedade capitalista, racista e cisheteropatriarcal. Nas particularidades do contexto brasileiro, os dados referentes às violências contra sujeitos historicamente oprimidos materializam



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

o cenário de violações de direitos que estão inseridos nesta sociabilidade, a qual, por sua própria formação sócio histórica, é ancorada no conservadorismo, no moralismo e no autoritarismo, além dos constructos abissais das características de capitalismo dependente que formatam a realidade nacional.

O racismo, ora naturalizado e subnotificado, é desvelado pelas ações do Estado policial e ultraliberal. O machismo também vai se perpetuando na violência doméstica, no mercado de trabalho, na cultura do estupro, no silenciamento das mulheres. A LGBTQIAfobia ganha força no moralismo que imprime o fundamentalismo religioso, espalha sua força nas mortes violentas e no ódio à diversidade de identidade de gênero e expressões homoafetivas, marginalizando grande parcela da população nos espaços de trabalho e socialização (Pinheiro, 2022, p. 39).

Neste sentido, torna-se possível apreender que os mecanismos que materializam as opressões em diferentes expressões constituem-se em um conjunto de elementos que se concretizam na realidade, mas que se relacionam dialeticamente com as determinações sócio-históricas. Esses aspectos, fundados na desigualdade social, étnico-racial e de gênero (incluindo a sexualidade), são aviltados e reatualizados com a abertura de períodos históricos que refletem o caráter autoritário e antidemocrático da nossa formação social, marcada, também, pela subordinação ao capital internacional, pelo cisheteropatriarcado e racismo, enquanto dimensões que constituem as determinações racistas, patriarcais e LGBTQIfóbicas que compõem as relações sociais no Brasil.

Articular criticamente as determinações da violência às relações sociais de classe, raça/etnia e gênero/sexualidade é parte fundamental para elucidar os processos vividos pelos diferentes indivíduos que compõem a classe trabalhadora, entendendo que estes elementos são substanciais à estruturação da sociedade capitalista, racista e cisheteropatriarcal. A desigualdade engendrada pela imbricação dessas relações é, portanto, resultante de um projeto estrutural de manutenção sistêmica da ordem societária que produz e reproduz pauperismo, desemprego, encarceramento, preconceitos e precariedades à vida da classe que vive da venda de sua força de trabalho, em sua diversidade e heterogeneidade, reforçando os contornos constitutivos e funcionais à reprodução das opressões e da exploração capitalista.

Isto posto, no item a seguir, tecemos considerações acerca dos fundamentos da reprodução da violência LGBTQIfóbica no contexto brasileiro, elucidando algumas determinações contemporâneas que, através da exaltação de complexos sociais, obstaculizam a livre vivência das identidades e sexualidades de pessoas LGBTI+. Nesta seção, também analisamos de como modo a (re) ascensão do conservadorismo no Brasil tem repercutido nas violações de direitos para a população LGBTI+.

### 3 EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA LGBTI+ NO BRASIL RECENTE

As práticas sociais de violência estão presentes em diferentes espaços: pelas ruas, pelas famílias, pelas instituições. Enquanto o padrão cisheteropatriarcal é imposto em uma sociedade machista, aquilo que foge desta realidade torna-se alvo de ferocidade, de insultos e de ataques diários. Portanto, o cisheteropatriarcado contribui para a ocorrência das violências e de outras formas de violação de direitos contra as pessoas LGBTI+. Segundo Dantas (2020), o sistema cisheteropatriarcal, racista e capitalista não se mantém sem a violência, pois esta estrutura as relações sociais fundadas nas desigualdades de classe, raça/etnia e gênero/sexualidade. Por isto, ao longo do decurso da história da humanidade, foram criadas práticas e valores no âmbito da família, da escola, do Estado, que impregnam todo o tecido social com a imposição da cisheterossexualidade como a única orientação sexual considerada legítima e saudável (Santos, 2005).

É neste sentido que, segundo Cisne e Santos (2018), a violência na sociedade cisheteropatriarcal, racista e capitalista assume uma dimensão estrutural. Essa violência tem nos “crimes de ódio” a sua expressão mais explícita, que evidenciam, além do preconceito, a brutal eliminação dos indivíduos que orientam sua vida afetivo-sexual fora da cisheterossexualidade.

As autoras, ao caracterizarem a LGBTIfobia como a violência ou as violações de direitos cometidas diariamente contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas de outras identidades em espaços públicos e/ou privados, analisam que

trata-se de uma manifestação de violência que se materializa em diferentes ações de violações de direitos e reprodução da negação da diversidade [...]. A população LGBT é historicamente alvo de violência, que se materializa tanto na violência física quanto em sua dimensão sociossimbólica. Neste último tipo, muitas vezes, atributos físicos levam à suposta identificação de comportamentos, modos de ser, em que individualidades são predefinidas com base em critérios moralistas, de caráter ideológico e normativo que se encontram enraizados na forma de preconceito. Há uma prévia dedução da orientação sexual e da identidade de gênero dos indivíduos pelo seu jeito de falar; andar; vestir e se comportar. Quando se distanciam do padrão aceito socialmente (heterossexual; masculino; feminino), são alvo de insultos gratuitos que atingem suas subjetividades e, frequentemente, ocorrem, também, agressões de caráter físico (p. 126).

Por isto, entendemos que esta violência se constitui como a interdição, em primeira instância, da própria vida dos indivíduos. Caracteriza-se como um fenômeno multifacetado e multideterminado e, conforme Dantas (2020, p. 22), “se reproduz das mais diversas formas, das praticadas no âmbito das relações interpessoais às ações e omissões do Estado”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Em se tratando da particular formação sócio-histórica brasileira, Peixoto (2018) analisa que essas violências possuem uma herança histórica inerente à formação do país, que sustenta as frequentes violações de direitos e uma construção moralista sobre as sexualidades. De acordo com a autora,

nossa sociedade é caracterizada pela corrupção política endêmica, por práticas políticas coronelistas e por entendimento patrimonialista dos serviços e das instituições públicas. Essa herança permeia também os espaços privados, atingindo as relações particulares na família, na escola, no trabalho e em outras tantas esferas de sociabilidade, assim como pode ser visto que essas relações nos espaços privados se expandem para a esfera pública da nossa constituição enquanto povo e sociedade (p. 195).

A autora ressalta, ainda, que “a formação sócio-histórica brasileira é recheada de opressão e exploração contra negros/as, mulheres, crianças, indígenas e, portanto, engendra uma estruturante sociedade fundada no patriarcado, racismo, classismo, sexismo e colonialidade”. Para ela, essas características possuem “uma envergadura que chega ao século XXI com fortes reflexos em novas e atualizadas roupagens” (p. 18). A violência contra pessoas LGBTI+ no Brasil, nas últimas décadas, é patrocinada por uma sociedade forjada em um conservadorismo reacionário, com traços filo-fascistas (Mota; Rodrigues, 2020), que articula a rejeição à diversidade sexual e à livre identidade de gênero.

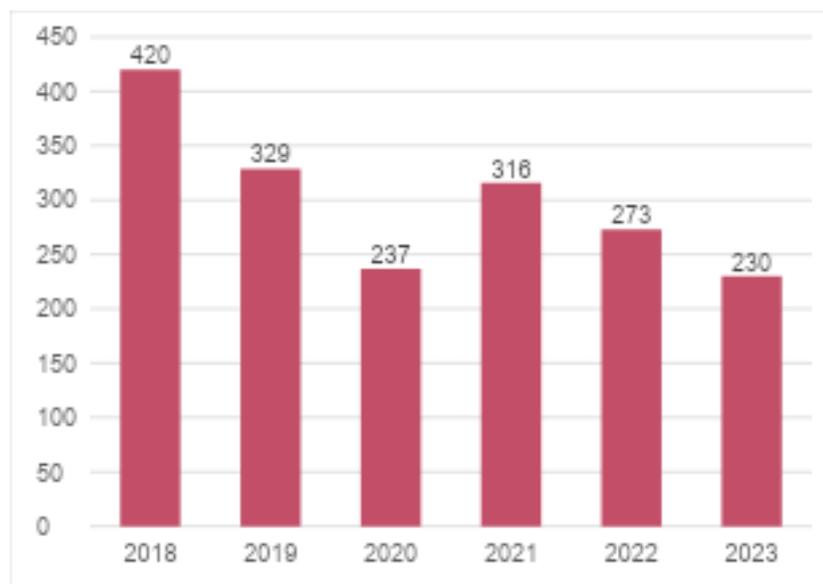
Portanto, apesar de ter suas raízes na estrutura que sustenta o capitalismo, em cada momento histórico suas expressões se reatualizam, assim como as demais tendências desse modo de produção, incorporando aspectos da conjuntura social em que se insere. Dessa maneira, apreendemos que, apesar de não emergir com o contexto que se abre com o Golpe de 2016 e a (re) ascensão mais contemporânea do conservadorismo no Brasil, neste cenário a violência contra LGBTI+ se intensifica a partir de elementos que compõem o tecido social brasileiro no tempo em que vivemos.

A chegada de Bolsonaro à presidência, em 2018, por exemplo, expressa a consolidação do processo de aprofundamento do projeto neoliberal-conservador no contexto nacional, que, utilizando da moralização das sexualidades, do racismo e da misoginia, além de outras estratégias destrutivas, como mecanismo político para se eleger, materializou o apelo da burguesia brasileira e de frações da classe trabalhadora ao reacionarismo combinado às retrações de direitos para a população LGBTI+. As frentes ministeriais do seu governo indicavam a falta de interesse da gestão em promover ações que visassem a garantia de direitos para esse segmento, ou de, pelo menos, pautar iniciativas de enfrentamento à violência.

Pelo contrário, diversas foram as formas de preconceito, violações e regressão de direitos vivenciadas pela população LGBTI+ neste período, o que fez manter o Brasil como o país onde mais se matam pessoas deste segmento no mundo. Desse modo, analisamos que, historicamente, os indivíduos LGBTI+ são um dos alvos prioritários do complexo ataque brutal da sociedade capitalista que, no tempo presente, aliando conservadorismo e neoliberalismo, apresenta o cenário ideal para a obstacularização da existência LGBTI+.

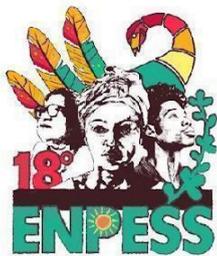
Segundo os dados dos Dossiês de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil (2023), produzidos pelo Observatório de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil, foram registradas 420 mortes de pessoas LGBTI+ por LGBTIfobia em 2018, 329 no ano de 2019, 237 em 2020, 316 em 2021, 273 em 2022 e 230 em 2023. No gráfico a seguir ilustramos esses registros.

**Gráfico 01:** Violência contra LGBTI+ no Brasil entre 2018 e 2023.



**Fonte:** Dossiês de Mortes e Violências Contra LGBTI+ produzidos pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil – 2018 a 2023. Elaboração própria, 2024.

Quando analisamos as identidades de gênero que são mais intensamente alvo das violências, identificamos que há uma concentração expressiva de crimes contra as mulheres cisgêneras, transexuais e travestis, representando, em 2023, por exemplo, 66,08% dos assassinatos, o que evidencia que a materialização das violências contra LGBTI+ também representa, notadamente, uma violência de gênero. Além disso, quando nos referimos aos dados relativos à raça/etnia, é possível identificar também uma prevalência de crimes de ódio contra LGBTI+ negros e negras. Entre os anos de 2018 e 2023, o Dossiê mostra que, respectivamente,



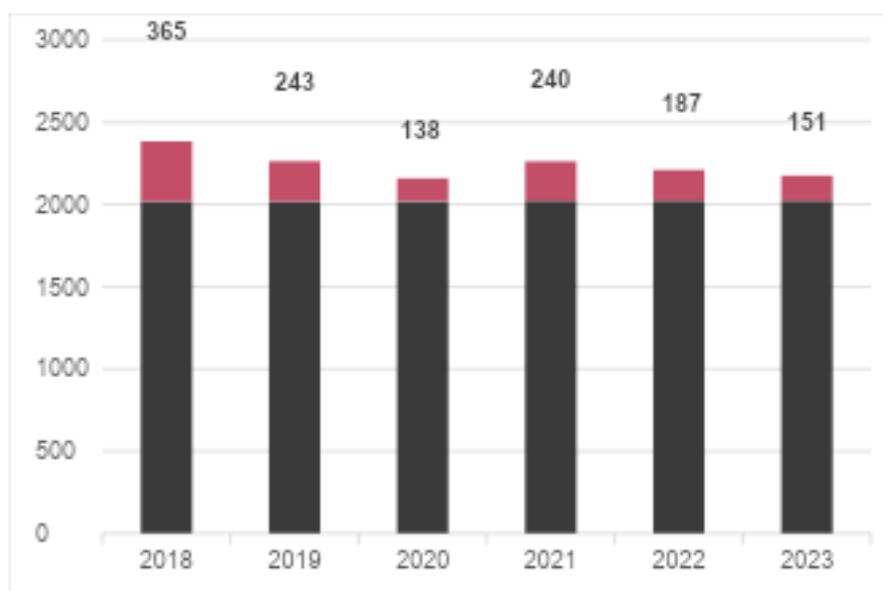
Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

42%, 50%, 54%, 47%, 49% e 53% das vítimas de morte violenta por LGBTIfobia eram negras, conforme está ilustrado no gráfico abaixo<sup>5</sup>.

**Gráfico 02:** Pessoas LGBTI+ negras X não negras vítimas de morte violenta no Brasil entre 2018 e 2023.



**Fonte:** Dossiês de Mortes e Violências Contra LGBTI+ produzidos pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil – 2018 a 2023. Elaboração própria, 2024.

Importa-nos pontuar, também, os limites que esses relatórios apresentam ao identificar a raça/etnia e a etnia das vítimas, mas não somente estas dimensões. As informações compiladas nos Dossiês de Mortes e Violências contra LGBTI+ são frutos de pesquisa hemerográfica, ou seja, são dados obtidos através de canais de grande circulação, como jornais e redes sociais, em razão da indisponibilidade de dados governamentais acerca da violência LGBTIfóbica. O grupo que compõe a produção do documento ressalta que há uma significativa ausência de informações relativas à raça/etnia nas matérias jornalísticas, o que requisita, na falta dessas informações, o envio de ofícios às Secretarias de Segurança Pública dos estados requisitando essas informações. Nas situações que ainda se permanece desconhecido, a heteroidentificação é

<sup>5</sup> Devido o Observatório, e anteriormente o Grupo Gay da Bahia (GGB), não apurarem o quesito raça/etnia de todos os casos de assassinatos de LGBTI+ (discutiremos isso mais adiante), utilizamos no Gráfico 02 apenas os casos que foram possíveis de identificar este fator, com o objetivo de tentarmos retratar a materialidade das relações sociais de classe, raça/etnia e gênero/sexualidade em sua concretude.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

realizada com base nos perfis de redes sociais das vítimas, que às vezes contêm a autodefinição e imagens, ou nas fotografias presentes nas notícias. A organização reconhece a problemática desta determinação por terceiros e se coloca no sentido de superá-la.

Embora reconheçamos a importante e indispensável contribuição da sistematização dos assassinatos de LGBTI+ no Brasil por parte do Observatório, ressaltamos, entretanto, o problema que tal definição apresenta, ao limitar a identificação de algumas dimensões à transparência das reportagens e/ou à análise por terceiros, como é o caso da raça/etnia. Consideramos esta dimensão primordial na análise da violência contra LGBTI+ em uma perspectiva de totalidade, ancorada no entendimento das relações sociais de classe, raça/etnia e gênero/sexualidade de forma consubstanciada<sup>6</sup> e no reconhecimento do racismo estrutural que conforma a sociedade brasileira.

Vale destacar, também, que esses levantamentos não são números absolutos e fidedignos dos crimes de ódio contra LGBTI+ que acontecem no país. Isto ocorre devido o Estado brasileiro não dispor de canais oficiais para mapear institucionalmente os casos de morte dessa população, sendo muitos desses acontecimentos subnotificados, posto que são invisibilizados ou descaracterizados. Além disso, fora os crimes em que há violações físicas, existem outras formas da LGBTIfobia se expressar, como através das formas de violência institucional, que expõe os discursos e práticas de ódio materializados em diferentes expressões de violência e de violação de direitos, impactando diretamente no adoecimento e na expectativa de vida destes indivíduos. Esses crimes acontecem diariamente na sociedade brasileira que, além de capitalista, permanece racista, patriarcal e cisheterossexista (Cisne; Santos, 2019).

Afora essas considerações, apesar de os dados expostos acima não se referirem à dimensão da classe social dos indivíduos vítimas de violência LGBTIfóbica de forma explícita, reconhecemos que em larga medida se tratam de violações que acometem as pessoas LGBTI+ pertencentes à classe trabalhadora, afinal, essa classe é, também, constituída pela população negra e LGBTI+. Neste sentido, essa constatação implica considerar que LGBTI+ negros/as e classe trabalhadora sofrem de forma mais intensa as opressões do cisheteropatriarcado, visto que

---

<sup>6</sup> Kergoat (2012), com a qual temos acordo, defende a consubstancialidade e a coextensividade como uma possibilidade de apreender a relação entre exploração e opressão ou as relações sociais a partir de “unidade de substância”. A partir dessa lente de análise, apreendemos que as relações sociais de classe, raça/etnia e gênero/sexualidade são indissociáveis. São elementos que não se permitem apreender por noções geométricas como adição, intersecção e multiposicionalidade, visto que são móveis, ambíguas e ambivalentes (Barroso, 2018), mas que, no interior das relações capitalistas, expressam-se nas repercussões do imbricamento entre cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo.

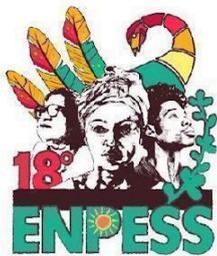
carregam as determinações da opressão/exploração calcada no cisheterossexismo, no racismo e no classismo.

Torna-se salutar destacar que não se trata aqui de analisar quem é mais ou menos impactado por essas relações sociais, que produzem e reproduzem violências para diferentes grupos, mas de apreender as determinações e tendências da imbricação entre esses elementos na vida da classe trabalhadora, a entendendo em sua diversidade e heterogeneidade. Temos acordo com a análise de Barroso (2018, p. 448), ao apreender a consubstancialidade entre cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo e, conseqüentemente, a indissociabilidade entre exploração e opressão. “Essa imbricação, com frequência invisível, caracteriza o atual modelo societário e compõe uma nova realidade historicamente constituída”.

Retomando a discussão sobre a violência LGBTIfóbica, identificamos que suas expressões também se materializam na retração dos direitos e políticas públicas de fomento à cidadania LGBTI+. Segundo Irineu *et al.* (2020), os retrocessos nesse campo evidenciam que os direitos das pessoas LGBTI+ têm se tornado o foco mais inequívoco dos movimentos anti-igualitários, em que a ofensiva conservadora e neoliberal mantém, aprofunda e reproduz as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero/sexualidade. Toitio (2019) sinaliza que a constituição do projeto neoliberal-conservador tende a afetar o conjunto da população LGBTI+, não somente porque ele é radicalmente avesso às diversidades, mas, também, porque essa agenda retira recursos das políticas sociais como um todo, além de aprofundar a retirada de direitos trabalhistas e sociais e o barateamento da força de trabalho, o que repercute, de diferentes formas, nos indivíduos que compõem o movimento LGBTI+.

Essas são algumas formas de ilustrar que as implicações do avanço do conservadorismo no Brasil para a população LGBTI+ vão além de discursos discriminatórios e preconceituosos, assumem diferentes expressões tanto nas retrações de direitos quanto na intensificação dos crimes de ódio, reafirmando as múltiplas dimensões da violência LGBTIfóbica e o caráter de moralização das relações afetivo-sexuais divergentes da cisheterossexualidade, pautadas na determinações de classe, raça/etnia e gênero/sexualidade da sociabilidade em que vivemos.

Assim, a diversidade sexual e de gênero continua sendo cotidianamente negada nos espaços institucionais e em praticamente todas as dimensões da vida social. Nas últimas décadas, com o fortalecimento do movimento LGBTI+, inclusive com maior visibilidade de suas lutas políticas, tem sido possível identificar de forma mais notória que as situações de preconceito



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

e de discriminação vivenciadas pelos indivíduos LGBTI+ têm os levado a processos de adoecimento.

Os aspectos da crueldade com que são realizadas as violências contra indivíduos LGBTI+ geram, também, um sentimento de retirada da humanidade desses indivíduos e de suas famílias. Essa é uma tendência geral dos crimes de ódio: a tentativa de eliminação completa da humanidade, descaracterizando e humilhando as vítimas, ateando fogo aos corpos e, em alguns casos, sem qualquer constrangimento em expor suas práticas (Dantas, 2020).

Para Silva e Santos (2019, p. 242),

os crimes de ódio se constituem no desfecho dessa violência e no ápice profundamente deletério dessa cultura heteropatriarcal. Preconceito, discriminação, violação de direitos e violência em todas as suas dimensões parece instituir um circuito de reprodução de uma cultura que deforma consciências, desqualifica a existência e promove abertamente a eliminação da diversidade humana.

Assim, há que se considerar a existência das diversas variações da violência que implicam limitações à vivência e expressão da diversidade humana desses indivíduos. Portanto, elementos socioculturais e históricos, pautados nos fundamentos estruturais da sociedade capitalista, como o sistema cisheteropatriarcal, racista e capitalista aprofundam os cenários de violência e violação de direitos da população LGBTI+ que, associados ao avanço do projeto neoliberal-conservador, acentuam as relações violentas contra este segmento populacional, posto que se tem uma realidade de preconceito, discriminação, morte, medo, constrangimentos e estigmas. Esse conjunto de situações são expressões das violências cotidianas, as quais vivenciam os indivíduos que destoam da cisheterossexualidade e que, portanto, impõe obstáculos a vivência efetiva das diversas orientações sexuais e identidades de gênero.

#### **4 CONCLUSÃO**

Apreende-se que a violência contra a população LGBTI+ na sociedade de classes, especialmente a dominada pelo modo de produção capitalista, expressa um dos elementos primordiais do seu desenvolvimento: a imbricação dessa forma de produção e reprodução com as opressões de classe, raça/etnia e gênero/sexualidade. As expressões da violência LGBTIfóbica materializam processos patrocinados por uma sociedade desigual, que, ao articular as relações cisheteropatriarcais à rejeição da diversidade sexual e de gênero, impõe obstáculos à indivíduos que orientam suas vidas afetivo-sexuais fora dos padrões dominantes e cisheterossexistas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Esta violência pode ser apreendida tanto na exposição dos dados referentes às práticas no âmbito interpessoal, como, também, das ações ou omissões do próprio Estado, conforme nos orienta Dantas (2020). Isto posto, analisamos que no capitalismo, especialmente em sua periferia, os contextos nacionais vão na contramão de um cenário de promoção, reconhecimento e efetivação da diversidade humana, em que se evidencia as nuances da exploração da força de trabalho que contempla, simultaneamente, a reprodução das opressões. Assim, a violação da diversidade, no âmbito deste trabalho a violência contra pessoas LGBTI+, assume um caráter estrutural, integrando a dinâmica de produção e reprodução capitalista, na medida em que se enraíza no conjunto das relações sociais.

Desse modo, torna-se primordial que a direção dada ao enfrentamento à violência LGBTIfóbica, enquanto materialização das opressões, incorpore o entendimento de que as lutas em torno da efetivação da diversidade humana, neste caso da diversidade sexual e de gênero, necessariamente, precisam estar aliadas ao fim da exploração capitalista, reconhecendo a capacidade de organização e articulação da classe trabalhadora em sua diversidade. Através dessa estratégia será possível a construção de um projeto societário que contemple a heterogeneidade dos indivíduos, conferindo a substância material que subjaz os diversos modos de ser e viver, inerentes às determinações de classe.

## REFERÊNCIAS

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+; ANTRA; ABGLT. **Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023**. Florianópolis (SC): Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2023/>. Acesso em: 23 de jul. 2024.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

DANTAS, Michael Hudson. **Sobreviventes! Violência Contra LGBT no Nordeste Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, p. 177, 2020.

FERREIRA, Larissa de Castro Marção; COELHO, Millainy de Oliveira; DUARTE, Marco José de Oliveira. **Diversidade Sexual e de Gênero na Saúde Mental: aproximações e experiências no**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

campo da pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 02, n. 01, Jan. - Mar., 2019.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**. Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1962.

IRINEU, Bruna Andrade *et al.* Um balanço crítico acerca da regressão dos direitos LGBTI no Brasil sob ascensão do Bolsonarismo. IN: IRINEU, Bruna Andrade; *et al* (org). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes**. Editora: Devires, p. 98-115, 2020.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estud.*—CEBRAP, São Paulo, n. 86, p. 93–103, 2010.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katályses**, v. 23, p. 199-212, 2020.

SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **O pensamento de Esquerda e as particularidades da luta pela livre orientação sexual**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005.

SILVA, Andrea Lima da; SANTOS, Silvana Mara de Morais dos. A cidade nunca foi de Dandara: violação da diversidade sexual e dos direitos da população LGBT. IN: SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de. (orgs.). **Crise do Capital e Fundo Público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2019.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. **Violência Contra LGBTs no Brasil: a construção sócio-histórica do corpo abjeto com base em quatro homicídios**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília. Brasília, p. 235, 2018.

PINHEIRO, Paulo Wesley Maia. **Entre os Rios que Tudo Arrastam e as Margens que os Oprimem: as determinações ontológicas da unidade exploração-opressão**. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília. Brasília, p. 409, 2022.

TOITIO, Rafael. A luta pela diversidade sexual e de gênero diante do Estado Capitalista: o que a atual crise política tem a nos ensinar? **Revista Margem Esquerda**, n° 33, p. 32-37. São Paulo: Boitempo, 2019.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.